

Cabeças e chapéus

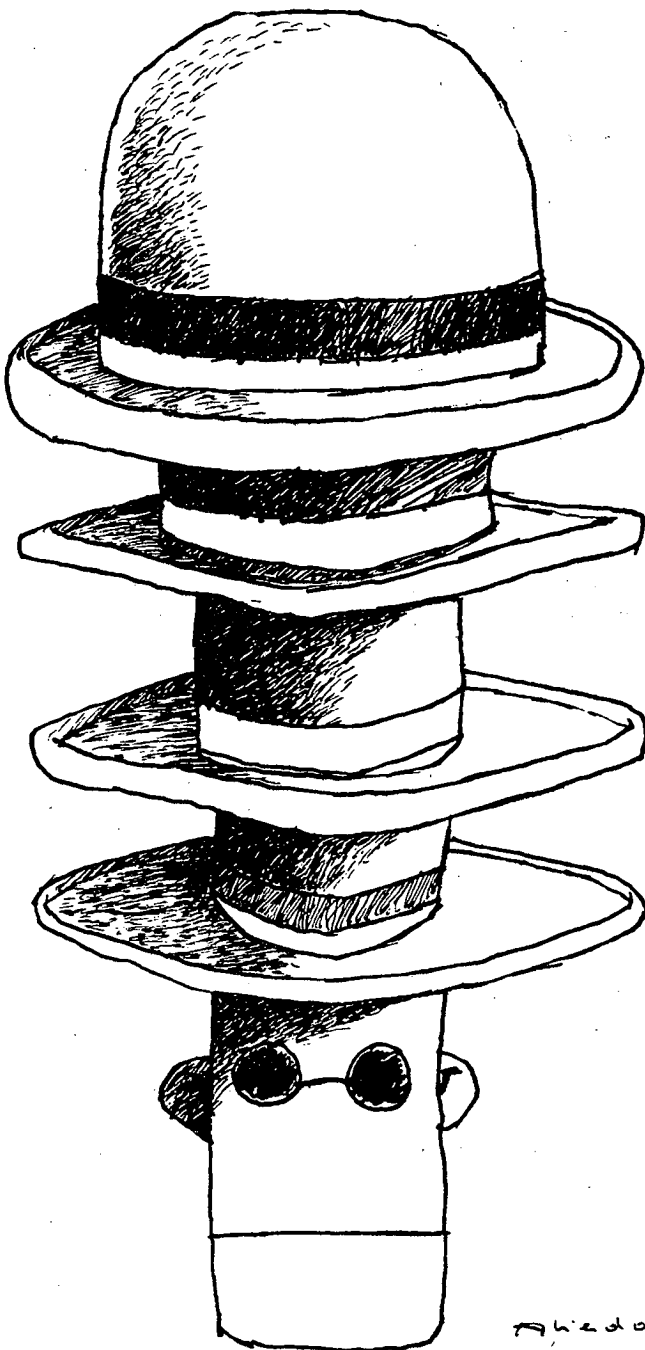
JOSÉ CARLOS
BARBOSA MOREIRA *

Uma das mais deliciosas crônicas de Chesterton foi inspirada ao imenso inglês pela contemplação de cartaz em que se inscrevera a pergunta: "Devem os comerciantes casar?" Ao que tudo indica, havia quem achasse que não, provavelmente por julgar incompatíveis o *status* de empregado e o de chefe de família, e de certo mais importante o primeiro do que o segundo. Que se pretendesse discutir a questão nesses termos parecia ao escritor sinal seguro de que o mundo virara pelo avesso. Para ressaltar o absurdo, formulava Chesterton várias perguntas concebidas com o mesmo vício lógico; e uma delas me ocorre sem necessidade de consultar o volume: serão nossas cabeças adequadas aos chapéus que se fabricam?

O exemplo terá perdido a atualidade, com o crescente desprestígio do chapéu como complemento da indumentária; mas nem por isso se tornou menos expressivo. Foi dele que me lembrei quando li as recentes notícias das apreensões que vão assaltando expoentes do empresariado e da comunidade acadêmica dos economistas, uns e outros inquietos com o propósito manifestado pelo presidente, em quem provoca alarmo o quadro social, de adotar sem demora providências anti-recessivas e tendentes a aliviar as agruras das camadas mais pobres. Irmanados no desassossego, temem os empresários e os professores de economia que esse gênero de cogitações acabe por atrapalhar o programa de recuperação econômico-financeira do país. Também aqui se estaria enxergando incompatibilidade entre o combate à inflação — se me permitem particularizar o discurso — e a melhoria da situação dos mal aquinhoados.

Com santa ingenuidade, sempre pensei que a conveniência de sanear a economia se ligasse principalmente à necessidade de elevar o padrão de vida da população, e em particular das classes que o têm mais baixo. No meu espírito, *juntas* é que as duas coisas faziam sentido. Aprendo estarrecido que, muito ao contrário, elas *hurlent de se trouver ensemble*. O saneamento econômico exige que se esqueçam, ao menos por enquanto, quaisquer preocupações com a sorte dos miseráveis; e tanto pior para estes se não lograrem sobreviver até o momento, de duvidosa previsibilidade, em que as finanças estarão saneadas de modo definitivo (?). Em face do dilema, não haveria outra opção que se pudesse considerar cientificamente respeitável.

Eis que me volta à memória a frase do chefe de um dos governos militares a que estivemos sujeitos até alguns anos atrás: "A economia vai bem, embora o povo vá mal." Jamais consegui entender o que se teria querido dizer com tal sentença



— se é que realmente se quis dizer alguma coisa. À luz de certos pronunciamentos atuais, concluo que a incompreensão tem como causa única o meu desconhecimento dos mistérios da economia. As pessoas neles iniciadas, como os professores da ciência e os grandes empresários, não sentem nenhuma dificuldade. Talvez nem todas se dispusessem a subscrever a declaração tal qual formulada, mas suspeito que antes se inclinariam a reforçar que a atenuar a oposição. Não faltaria quem preferisse dizer: "A economia vai bem *porque* o povo vai mal"; ou então: "O povo vai mal *para* que a economia vá bem." Se alguém se mostra incapaz de apreciar a profundidade de semelhantes fórmulas, deixemo-lo de lado: trata-se de um *populista*, e como tal não merece atenção; estamos desobrigados de responder-lhe.

Não sou nem pretendo ser candidato a cargo eletivo; por isso, pouco se me dá que me acusem de *populismo*. E já proclamei, linhas atrás, minha ignorância do bê-á-bá econômico, de modo que os entendidos pura e simplesmente choverão no molhado se me lançarem em rosto a condição de leigo. Assim, posso repetir sem escrúpulos nem temores o que me sopra esse grande desprezado que é o velho senso comum.

A primeira coisa que ele me sopra, e com insistência, é que o problema social, no Brasil, decididamente *não pode esperar*. E não quero dizer que não possa esperar o dia-de-são-nunca, em que os especialistas hão de, afinal, reputar superadas para sempre as dificuldades econômico-financeiras. Quero dizer que não pode esperar uma hora, um minuto, uma fração de segundo. Dispensio-me de justificar a afirmação: olhe o leitor em torno de si —

e, se com isso não descobrir mil razões para concordar, nenhuma argumentação, por melhor que seja, bastará para convencê-lo.

Mas o senso comum sopra-me ainda outra coisa, e é nesta que agora pretendo insistir. Ela é, de resto, logicamente prévia a tudo o mais, e prevaleceria mesmo que a conjuntura fosse diversa e que os economistas e os empresários tivessem carradas de razões para ficar apreensivos. Não deixa de merecer registro, por sinal, essa comunhão de sentimentos entre as duas categorias: ela denota uma visão do mundo em que o econômico se vê alçado à posição de *fin último*. Vejo aí, como Chesterton via no cartaz, sintoma de uma assustadora inversão. A economia é instrumento: ela indica, ou deveria indicar, *como* se há de agir, de certo ponto de vista, para atingir determinados objetivos políticos. Não lhe cabe, de maneira alguma, fixar esses objetivos, nem — muito menos — escolher, dentre eles, os que merecem prioridade. Supor o contrário equivale a atribuir ao piano a tarefa de orga-

nizar o programa do concerto.

Costuma-se falar, com alguma frequência, no "custo social" de determinados programas econômicos. A rigor, a expressão não tem sentido. O social não pode ser rebaixado a um "custo". O que devemos perguntar não é de que modo repercutirá sobre a situação social este ou aquele programa econômico; é, sim, que programa econômico melhor servirá para causar na situação social a repercussão que desejamos. Nesse ponto, e não antes, é que se concede a palavra à ciência econômica. Certamente lhe compete, então, alertar os responsáveis pela condução da política para as possíveis consequências negativas, no terreno econômico, daquilo que estão querendo realizar — de preferência, sem fazer da ponderação um artifício dissuasório do tipo dos que Albert Hirschman tão argutamente desmascarou no seu interessantíssimo ensaio *The Rhetoric of Reaction*. O que de nenhum modo lhe compete é propor novas metas em substituição às estabelecidas. Acrescento que, em momentos assim, a ciência econômica desempenharia da melhor maneira a função que lhe é própria se descobrisse e apontasse o jeito de atingir o resultado querido com redução ao mínimo dos riscos temíveis: nisso é que ela revelaria a sua máxima utilidade.

Suponhamos que algum leitor ainda use chapéu e sinta vontade de mudar o penteado. Será que vai consultar o chapeleiro para decidir o que há de fazer com a cabeça, a fim de acomodá-la ao produto disponível na loja? Ou preferirá procurar um modelo que se ajuste ao novo corte — ainda que, para isso, tenha de trocar de chapelaria?